



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO SUPERIOR À DISTANCIA
CURSO DE BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

OSÓRIO GUEDES POLICARPO NETO

**AS SESSÕES ORDINÁRIAS NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
SOLEDADE – PB EM TEMPOS DE PANDEMIA:
DESAFIOS E AVANÇOS**

**CAMPINA GRANDE/PB
2023**

OSÓRIO GUEDES POLICARPO NETO

**AS SESSÕES ORDINÁRIAS NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
SOLEDADE – PB EM TEMPOS DE PANDEMIA:
DESAFIOS E AVANÇOS**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Profº Dr José Pereira da Silva

**CAMPINA GRANDE/PB
2023**

OSÓRIO GUEDES POLICARPO NETO

AS SESSÕES ORDINÁRIAS NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SOLEDADE – PB EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E AVANÇOS

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Aprovada em: 22/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

José Pereira Silva

Prof. Dr. José Pereira da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Jurani Oliveira Clementino

Prof. Dr. Jurani Oliveira Clementino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Adelino Pereira da Silva

Profa. Me. Adelino Pereira da Silva
CESREI Faculdades

P766s Policarpo Neto, Osório Guedes.

As sessões ordinárias no poder legislativo municipal de Soledade – PB em tempos de pandemia [manuscrito] : desafios e avanços / Osório Guedes Policarpo Neto. - 2023.

16 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - João Pessoa, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. José Pereira da Silva, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância. "

1. Doença. 2. Leis parlamentares. 3. Sessões ordinárias. I.
Título

21. ed. CDD 616

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 AS CÂMARAS MUNICIPAIS COMO ESPAÇO POLÍTICO E DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA	8
2.1 A Câmara de vereadores de Soledade	9
2.2 Do funcionamento antes e durante a pandemia	10
3 METODOLOGIA	11
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	15

AS SESSÕES ORDINÁRIAS NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
SOLEDADE – PB EM TEMPOS DE PANDEMIA: **PROBLEMAS E AVANÇOS**

**THE ORDINARY SESSIONS IN THE MUNICIPAL LEGISLATURE OF SOLEDADE -
PB IN TIMES OF PANDEMIC: PROBLEMS AND ADVANCES**

Osório Guedes Policarpo Neto¹
Dr. José Pereira da Silva ²

RESUMO

O trabalho buscou analisar os efeitos causados pela aplicação do isolamento social no funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores de Soledade – PB, contribuindo para o entendimento do impacto da pandemia em processos de trabalho no setor público, em particular no processo legislativo. A pesquisa foi realizada com o acompanhamento das sessões de forma direta, como vereador eleito e atuante, acompanhando desde a suspensão das sessões nos primeiros meses da pandemia até o início das sessões virtuais, verificando em como essa mudança interferiu nas votações dos projetos, além da interrupção da participação popular. Ao final do trabalho, foi possível perceber que o isolamento dificultou os trabalhos no primeiro momento até que as reuniões virtuais foram adotadas, porém, a participação popular continuou com prejuízo.

Palavras-chave: Doença – Lei – Parlamentares - Sessões Ordinárias.

ABSTRACT

The study sought to analyze the effects caused by the application of social isolation in the functioning of the City Council of Soledade - PB, contributing to the understanding of the impact of the pandemic on work processes in the public sector, particularly in the legislative process. The research was conducted with the monitoring of the sessions directly, as an elected and active councilman, following since the suspension of sessions in the first months of the pandemic until the beginning of virtual sessions, verifying how this change interfered with the voting of projects, in addition to the interruption of popular participation. At the end of the work, it was possible to notice that the isolation hindered the work in the first moment until the virtual meetings were adopted, however, the popular participation continued with prejudice.

Keywords: Illness – Law – Parliamentarians - Ordinary Sessions.

¹ Bacharelando do curso de Administração Pública pela Universidade Estadual da Paraíba - CG. ² Orientador, professor do curso de Administração Pública pela Universidade Estadual da Paraíba – CG.

1 INTRODUÇÃO

O Covid-19 surgiu na China, no final do ano de 2019, e rapidamente se espalhou pelo mundo, classificando-se como uma pandemia e causando um forte impacto na economia mundial. Para tentar frear a contaminação, os governos utilizaram como instrumentos a quarentena e o isolamento social, tendo como consequência, também, a paralisação das atividades comerciais e de serviços (MOREIRA, 2022).

O cenário da Pandemia do Novo Coronavírus gerou mudanças e desafios aos parlamentares de todo mundo. Essas instituições possuem funções essenciais para o funcionamento adequado da democracia e a busca de ferramentas que possibilitassem a continuação dos trabalhos, durante o período em que o distanciamento social foi exigido, fez-se necessária (MITOZO, 2022).

Para tentar controlar a transmissão da COVID-19, o trabalho remoto tornou-se uma importante ferramenta para que vários setores pudessem dar continuidade ao seu trabalho, seja ele na esfera pública ou privada (LIMA, NETO, 2020).

Diante disso, podemos nos questionar sobre como a pandemia afetou os trabalhos legislativos pelo Brasil? A partir desta questão o presente artigo faz uma análise sobre o caso da Câmara Municipal de Soledade – PB, mostrando de que forma esse novo cenário alterou a maneira de trabalho e o rendimento dos trabalhos do legislativo deste município.

Soledade é um município brasileiro do estado da Paraíba, localizado na Região Geográfica Imediata de Campina Grande. Sua população estimada é de 15.211 habitantes, segundo o Diário Oficial da União, no ano de 2017. Com área territorial de 560 km², a cidade de Soledade fica localizada a 186 km da capital João Pessoa, e a 54 km de Campina Grande, sendo situada no Cariri paraibano, onde além do Cariri, polariza grande parte do Curimataú e Seridó do estado, atingindo doze municípios: Soledade, Boa Vista, Pocinhos, Olivedos, Cubati, São Vicente do Seridó, Juazeirinho, Tenório, Junco do Seridó, Assunção, Santo André e Gurjão.

Como vereador eleito e empossado no ano de 2017, para o primeiro mandato, sendo reeleito em 2020 e dando sequência ao meu trabalho como parlamentar até os dias de hoje, pude acompanhar de forma direta todas as mudanças no cenário da Câmara Municipal de Soledade – PB causadas pela Pandemia da COVID-19. .

O trabalho inicialmente apresenta uma revisão bibliográfica sobre as câmaras municipais como espaço público, e em seguida, uma pequena contextualização sobre o funcionamento da Câmara de Soledade antes e após a pandemia. Em seguida, apresenta-se a metodologia adotada e, por fim, discutindo sobre as transformações que ocorreram durante o período e o que isso significou para a continuação do trabalho dos parlamentares do município.

Desse modo, a pesquisa possui relevância social e acadêmica pelos seus pressupostos teóricos embasados e a contribuição social e o debate acadêmico.

2 AS CÂMARAS MUNICIPAIS COMO ESPAÇO POLÍTICO E DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA

O espaço público tradicional pode ser explicado como sendo um ambiente físico onde a sociedade pode exercer os seus direitos e deveres, fazendo valer a democracia (CARNEIRO, 2016).

A literatura mostra a importância da existência de espaços políticos para o funcionamento e melhora na qualidade dos sistemas democráticos. A Câmara de vereadores como espaço político, tem como objetivo a ocorrência de debates e deliberações, utilizada como meio de comunicação na relação entre Estado e sociedade (SILVA et al, 2022).

Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, a câmara de vereadores possui 4 funções: administrativa, decidindo sobre a economia interna; fiscalizadora, atuando no controle da contabilidade do executivo; inspecionadora, quando julga as contas prestadas pelo prefeito; e por fim, a função legislativa.

O poder legislativo é considerado uma instituição que seria o ideal de uma esfera pública, já que é um local onde questões de interesse comum são debatidas, sempre em busca do bem coletivo (GONÇALVES, 2008).

É nas sessões ordinárias que os parlamentares têm a competência e função de tomar decisões, atuando e criando soluções que busquem responder as demandas dos cidadãos (FREITAS, GOMES, 2022).

Os trabalhos dos vereadores muitas vezes são criticados pela sociedade, mesmo que estes parlamentares sejam os políticos mais próximos da população e que os seus trabalhos menos acompanhados pelos eleitores (RUGGIERO JUNIOR, 2008).

Por muitas vezes, os vereadores, principalmente em cidades de pequeno porte, são eleitos por ter um maior contato com o povo, até mesmo em termos de conhecer os moradores da cidade. Junto a isso, o trabalho dos parlamentares não se resume apenas a legislar; após assumirem seus cargos, muitos passam a exercer a função de “suporte” para os cidadãos, seja auxiliando em conseguir consultas, a se locomover até os locais, tudo isso na intenção de melhorar o atendimento ofertado pela prefeitura municipal, que em certos casos, e por questões de apoio político, pode ser difícil para certas pessoas.

2.1 A Câmara de vereadores de Soledade

O trabalho do Legislativo ampara-se no cumprimento de seu Regimento Interno, da Lei Orgânico do município, da Constituição do Estado da Paraíba e da Constituição Federal.

O Regimento Interno da Casa Conselheiro José Osório da Nóbrega, Câmara Municipal de Vereadores de Soledade, documento revisado e aprovado no ano de 1997, através da Resolução de 21 de Outubro nº 005/1997, trata das regras de funcionamento do Poder Legislativo Municipal como órgão público e de representação da população de Soledade.

Figura 1 – Câmara Municipal de Vereadores de Soledade - PB



Fonte: <https://camarasoledade.pb.gov.br/> (2022)

O município de Soledade foi emancipado em 24 de setembro de 1885, nesse período surgiu o primeiro conselho municipal, que depois se transformou na atual câmara de vereadores.

Hoje, a Casa Conselheiro José Osório da Nóbrega, situada na Rua José Francisco de Araújo, 57 – Centro de Soledade – PB, conta com 11 vereadores em sua bancada, pertencentes aos partidos: Cidadania, Partido Progressista, Republicanos e Avante.

2.2 Do funcionamento antes e durante a pandemia

Na câmara municipal há uma Mesa Diretora composta por vereadores escolhidos em plenário, que exercem as funções de Presidente, de Vice-presidente, de 1º e de 2º secretários.

O Poder Legislativo Municipal de Soledade se reúne de forma Ordinária para tratar de assunto de interesse relevante da população, sendo guiada pelo presidente, e obedecendo a um rito próprio de acordo como manda o Regimento da Casa.

Art. 2º. A Câmara Municipal reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I – Ordinárias de 01 (um) de fevereiro a 20 (vinte) de junho, e de 20 (vinte) de julho a 20 (vinte) de dezembro, às segundas-feiras tendo início às 19:30hs;

II – Extraordinárias, quando com este caráter for convocada.

As atividades dos parlamentares só terão início após o presidente da câmara verificar se há um quinto dos vereadores presentes no plenário garantindo o quórum.

Em épocas de pandemia, especificamente a do Covid-19, que assolou o mundo desde o ano de 2020, as Sessões tiveram que se adaptar ao novo normal e ser realizadas de forma remota, nos mesmos dias e horários que mandam o Regimento Interno, porém de forma não presencial.

Os vereadores da câmara municipal utilizaram o aplicativo Google Meet para realizar as reuniões virtuais, sendo discutidos, principalmente, assuntos relacionados à crise sanitária nos primeiros meses de pandemia.

De início, foi utilizado a ferramenta Google Meet, e posteriormente, a câmara adquiriu tablets para todos os parlamentares, uma vez que nem todos possuíam a

ferramenta Google Meet instalada em seus aparelhos de celular. Foi ministrada uma capacitação para os vereadores e também para os servidores da câmara, para uso dos equipamentos, além de surgir à criação da TV CÂMARA, um espaço online com apresentação de tudo que é feito na Sessão, para que assim a população pudesse acompanhar de casa as sessões ordinárias, que são públicas e um canal dos representantes do povo com a própria população.

Figura 2 – Registro de Sessão Legislativa pós pandemia na Câmara Municipal de Vereadores de Soledade – PB



Fonte: Arquivo pessoal

3 METODOLOGIA

Neste estudo considerou-se como estratégia metodológica uma breve contextualização teórica, focando no tema *câmara municipal* como espaço público, utilizando a pesquisa exploratória e pesquisa bibliográfica; os dados foram coletados através do levantamento das produções científicas nas bases para coleta de dados foram: Scielo, Portal CAPS, Repositório Institucional – UFC. Os descritores utilizados foram: câmara municipal, pandemia covid-19, espaço público.

A informações contidas inicialmente nas 25 publicações científicas encontradas foram registradas em forma de resumo, resultando em 12 artigos, sendo selecionados apenas aqueles publicados mais recentes. De posse desses artigos, mediante a revisão desta literatura e da pesquisa documental efetivada, foi possível fazer uma análise sobre a influência que a pandemia teve no trabalho dos parlamentares nas Câmaras Municipais.

A mudança no trabalho dos parlamentares foi analisada realizando o acompanhamento das sessões de forma direta, como vereador eleito e atuante, acompanhando desde a suspensão das sessões nos primeiros meses da pandemia até o início das sessões virtuais, verificando em como essa mudança interferiu nas votações dos projetos, além da interrupção da participação popular.

Em meados de março de 2020, a pandemia começou a modificar a forma de trabalho no Brasil, e a partir desse período, as sessões ordinárias ficaram suspensas por um período aproximado de dois (2) meses. A partir desse tempo, começou à análise do efeito que a pandemia estava causando no trabalho dos parlamentares.

Tabela 1 – Sessões analisadas no período pandêmico

Período	Quantidade de sessões realizadas/mês	Assuntos mais relevantes
Março - abril 2020	-	Sessões suspensas
Maio 2020	1	Única reunião para debater sobre como seria realizado o trabalho remoto/ sessões virtuais
Junho - dezembro 2020	4	Assuntos relacionados ao uso de verbas públicas para o combate a pandemia
Janeiro - junho 2021	4	Assuntos relacionados ao uso de verbas públicas para o combate a pandemia; debate sobre o retorno de sessões presenciais
Julho - dezembro 2021	4	Assuntos relacionados ao uso de verbas públicas para o combate a pandemia; demandas de votações de projetos
Janeiro - junho 2022	4	Demandas de votações de projetos
Julho - dezembro 2022	4	Demandas de votações de projetos

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sessão ordinária legislativa é um meio democrático que possibilita a participação dos cidadãos em praticarem seus direitos e deveres na sociedade (FREITAS, GOMES, 2022).

Devido a pandemia e aos protocolos de prevenção, as sessões ordinárias da câmara de Soledade foram suspensas por dois (2) meses, retornando após esse

período para uma única sessão, onde foi discutido como seriam realizadas as novas reuniões, de forma remota e sem participação popular. Até que as reuniões retornassem de forma remota, os trabalhos dos parlamentares ficaram parados por três (3) meses.

De acordo com Gramosa (2021), a participação da população nas sessões das câmaras municipais ainda não é tão expressiva como deveria. É de suma importância que a população esteja presente no plenário, seja questionando ou acompanhando as discussões sobre as matérias relevantes a serem editadas, buscando melhorias para os cidadãos.

O plenário da Câmara Municipal de Soledade possui em média 54 lugares para a participação do público durante as sessões, e se necessário, ainda possui capacidade para serem colocadas cadeiras extras. Porém, a população não tinha uma participação efetiva nas sessões, que contavam com cerca de 10 a 15 expectadores.

Até o início da vacinação contra o coronavírus, o isolamento social foi utilizado como a principal medida preventiva para controle da transmissão. Com as restrições impostas pela pandemia, as repartições públicas também tiveram que se adaptar para manter seu funcionamento em um cenário onde o papel desempenhado pelo Estado era de extrema importância (FAIRBANKS, 2022). Esse isolamento transformou esse espaço democrático, pois as sessões passaram a ser virtuais, o que dificultou a participação popular.

Em municípios de pequeno porte, é comum que o contato entre vereadores e cidadãos permita que esses procurem os parlamentares com maior frequência para buscar auxílio no acesso de serviços públicos, como atendimentos médicos (ALMEIDA, LOPEZ, 2011).

Durante o isolamento, onde as sessões foram restritas ao público, a população teve sua participação prejudicada, pois muitos ainda não possuem meios de acesso à internet para fazer o acompanhamento, reduzindo ainda mais a divulgação do trabalho dos parlamentares.

A transformação de reuniões presenciais em remotas em um município de pequeno porte diminuem a publicidade e visibilidade do trabalho do parlamentar, além da comunicação/interação entre a sociedade e seu representante no legislativo (SILVA et al, 2022).

No município de Soledade – PB, apenas decorridos o primeiro ano de pandemia foi que as sessões voltaram a ser abertas ao público, seguidos todos os protocolos de cuidados, como uso de álcool em gel disponibilizados nas dependências do prédio, além do uso obrigatório de máscaras faciais.

A pandemia tornou ainda mais importante a transmissão das sessões, via aplicativo Facebook, para possibilitar que a população pudesse acompanhar o trabalho, nos períodos em que o acesso presencial ao plenário da Câmara estava proibido devido às medidas de prevenção.

Vale salientar que a resolução desse problema, com o uso de tecnologias para adoção de sessões virtuais, possibilitando o trabalho remoto, não se deu de forma homogênea entre as instituições, devido, entre outros fatores, o uso dessas tecnologias não ser de fácil adaptação (MITOZO, 2022).

As câmaras municipais vêm apostando na implementação dos serviços de comunicação, aumentando as divulgações das sessões.

O espaço público deixou de ser apenas um espaço físico e migrou para o mundo virtual, surgindo assim, um ambiente que permite a divulgação em larga escala das informações além de incentivar que haja discussões sobre o tema político.

Hoje, mesmo que as sessões ordinárias, na forma presencial, tenham retornado, continua-se ocorrendo a transmissão destas no aplicativo Facebook, contando sempre com a audiência de cerca de 50 a 60 pessoas. Ainda é pouco, se levarmos em conta o número da população, porém é um começo, pois muitas pessoas ainda devem ser conscientizadas da importância que tem na participação popular nos processos decisórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 ficará marcado na memória de toda a população mundial, por conta das mudanças que trouxe para as relações sociais além dos impactos econômicos e políticos.

Podemos ver que a prática do isolamento social modificou a forma de fazer política e a forma de fazer política e alterou os trabalhos da Câmara de Vereadores de Soledade, quando da limitação do uso do espaço político. O seu funcionamento integral permite uma maior participação da sociedade nas decisões políticas além de atender as suas demandas.

Após todo desenrolar para a instalação das sessões remotas, percebe-se que foi muito proveitoso o uso de novas tecnologias, dando oportunidade do serviço público se reinventar e usar melhor as tecnologias ao favor dos representantes do povo e dar mais comodidade à população, que pode agora assistir do conforto de sua casa as Sessões do Legislativo.

O uso de tecnologias, com plataformas online, passará a ser indispensável para os parlamentares que busquem manter contato com o cidadão, reforçando essa conexão entre sociedade e poder público, na participação da tomada de decisões públicas e fazer valer a democracia.

Como vereador, pude ver de perto a dificuldade que a pandemia gerou nos processos de trabalho, atrasando votações de projetos, já que após o retorno das sessões, a maioria das pautas discutidas eram relacionadas ao uso de verbas para o controle da transmissão da covid-19, além de compras de insumos para uso nas unidades hospitalares. Apenas com o controle da pandemia e a volta dos trabalhos presenciais, foi que pudemos sentir a normalização do nosso trabalho começar a retornar, e demais assuntos importantes para a cidade e para a população receber uma atenção por parte dos parlamentares.

Entre todas as coisas, a participação popular, que é de grande importância para o acompanhamento do nosso trabalho, além de ser forma de exercício da democracia, foi prejudicada, já que com a situação do isolamento, as sessões foram restritas e os cidadãos puderam acompanhar apenas pelas transmissões via Facebook, o que por outro lado, se mostrou uma ferramenta importante, e um meio para que a população não ficasse totalmente excluída.

Dessa forma, podemos concluir que o trabalho dos parlamentares na Câmara Municipal de Soledade foi sim alterado, principalmente considerando que as sessões ficaram interrompidas por 3 meses consecutivos. Porém, o uso de tecnologia foi o meio utilizado pelos vereadores para que diminuísse essa interrupção, sendo uma boa opção, mesmo que tenha continuado diminuída a participação popular.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; LOPEZ, F. Representação política local: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras. **Discussion Papers**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, n.1625, p.1-44, 2011.

CARNEIRO, F.M.A. O espaço público e as novas tendências contemporâneas. **Revista Reflexões**, Fortaleza, ano 5, n.8, 2016.

FAIRBANKS, F.F. **O processo legislativo digital na Câmara Municipal de São Paulo e a Pandemia de Coronavírus**. Artigo. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2022.

FREITAS, V.P.; GOMES, J.R. Análise da participação de habitantes de Humaitá – AM (Brasil) em sessões ordinárias da Câmara Municipal durante a pandemia do Covid19. RECH – **Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar**, v.1, n.1, pág. 86-1--, 2022.

GRAMOSA, W.M.S. **Participação popular no processo legislativo municipal: uma análise da Câmara Municipal de Coração de Maria – BA no período 2019-2021**. Monografia (graduação). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

GONÇALVES, P.G. **Limites e possibilidades da democracia representativa na produção do espaço urbano: uma análise a partir da atuação da Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GONÇALVES, M.F.R. **O vereador e a câmara municipal**. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. 6.ed. Rio de Janeiro, IBAM, 2015.

INTERNO Regimento. Disponível em: <https://camarasoledade.pb.gov.br/>.

LIMA, A.S.; NETO, N.P.R. Gestão judicial da pandemia Covid-19: O trabalho remoto como regra de funcionamento do poder judiciário. **Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça**, v.6, n.2, p. 22-40, 2020.

MITOZO, I.B. **A utilização de sistemas de deliberação remota pelo poder legislativo brasileiro: Um estudo do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas Estaduais**. 2022.

MOREIRA, P.M. **A produção legislativa da Câmara dos Deputados na Pandemia da Covid-19**. Monografia (Graduação). Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RUGGIERO JUNIOR, N. **A atuação do vereador na câmara municipal de Araraquara: processo legislativo em dois momentos**. Dissertação (mestrado). São Carlos: UFSCar, 2008.

SILVA, M.A.S.; PAULINO, J.; RIBEIRO, T.L.; AZEVEDO, D.A. Democracia e Espaço Político Exclusivo: o caso do município de Cavalcante (GO) na Pandemia da Covid19. **Espaço Aberto**, PPGG-UFRJ, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.331-353, 2022.